



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO – LAO Nº. 279/08 GELUI

A Fundação do Meio Ambiente - FATMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Estadual nº. 5.793 de 15 de outubro de 1980, regulamentadas pelo Decreto 14.250, de 05 de junho de 1981, com base no Parecer Técnico nº. 403/08, de 25/06/08, concede a presente Licença Ambiental de Operação a:

Nome: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A

Endereço: Avenida Itamarati nº. 160, Blocos A1, B1 e B2 – Itacorubi

Município: FLORIANÓPOLIS/SC

CNPJ/CPF: 08.336.783/0001 – 90

Para Atividade de

SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA / REGIÃO GEOELÉTRICA VALE DO ITAJAÍ
SE 69 kV TAIÓ
CÓD. 34.15.00

Localizada em

Jardim América, Município de Taió/SC, Coordenadas UTM 600451,81 (x) e
6998097,21 (y);

Com as Seguintes Restrições

“As contidas no processo de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor”.
“Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica”.

Esta LAO é válida pelo período de 48 (quarenta e oito) meses a contar da presente data, conforme Processo de Licenciamento FATMA nº. DIV 11893/CAV, observadas as condições deste documento, (verso e anverso), bem como de seus anexos que, embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.

Local e Data: 04 JUL 2008

Florianópolis,

CARLOS LEOMAR KREUZ
Presidente

RECEBIDO EM

Nome Legível/Assinatura

Condições de Validade desta Licença Ambiental de Operação - LAO

1- Autoriza a operação de uma subestação de energia elétrica, referente à Região Geoeletrica Vale do Itajaí, dita SE 69 kV Taió, já em operação, energizada em 1995, licenciamento corretivo; localizada nas coordenadas UTM (m) **600451,81 (x)** e **6998097,21 (y)**; com área útil de 0,5458 ha; localizada no município de Taió, agregando as instalações os seguintes controles ambientais e emergenciais e procedimentos:

1. Adoção e execução de Programas de Manutenção Preventiva e de Remediação nos equipamentos integrantes da subestação, com a periodicidade e procedimentos de acordo com as normas técnicas disponíveis para o propósito.
2. Adoção e aplicação de Plano Contingenciamento, ações de emergência, contemplando as hipóteses acidentais possíveis e suas respectivas causas iniciadoras, testando e atualizando continuamente através de treinamentos e simulados.
3. Os níveis de pressão sonora, produção de ruídos não deverá ultrapassar os limites preceituados na norma técnica brasileira ABNT/NBR 10151 para o zoneamento arbitrado pela municipalidade, se aplicável.
4. Operação e manutenção de sistema de retenção de óleo isolante sob transformadores e reservatórios, capazes de conter vazamentos acidentais/incidentais.
5. Operação e manutenção de sistema de prevenção e combate a incêndios, de acordo com as normas técnicas pertinentes, incluindo aterramentos e pára-raios.
6. A subestação deverá ter proteção patrimonial, através de muros ou cercas, quando pertinente, com altura suficiente a impedir o acesso de animais ou pessoas alheias à operação/manutenção do equipamento e exibir simbologia de advertência usual.
7. Em caso de acidente/incidente significativo envolvendo vazamentos de óleo isolante com ou sem ignição ou outra qualquer adversidade de monta na SE, o responsável pela concessionária ou preposto deverá notificar imediatamente a FATMA, através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0**) 48 3216-1709, quando aplicável, desencadeando o Plano de Contingenciamento.
8. Proposição e execução de medidas e programas ambientais a fim de promover a melhoria contínua do empreendimento com base nos passivos socioambientais levantados, tais como:
 1. Programa de Gestão Ambiental;
 2. Programa de Monitoramento de Ruídos;
 3. Implantação das Medidas Estabelecidas no Programa Global de Resíduos;
 4. Implantação das Ações Contidas no Plano de Contingenciamento para o Sistema de Transmissão;
 5. Programa de Reintegração Paisagística.

2 - O empreendedor deverá gestionar junto a FATMA estabelecimento de medidas compensatórias por emissão de licença corretiva, ou seja, o licenciamento de empreendimento em operação, através de Termo de Compromisso firmado entre as partes, de acordo com Portaria 078.04 FATMA de 22/11/04, quando aplicável.

3 - Em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 18, da Resolução CONAMA nº. 237/97, a renovação desta Licença Ambiental de Operação/LAO, deverá ser requerida com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.


José Salésio de Moraes

Engenheiro agrimensor/CREA-SC 17.417

Condições Gerais

I - A presente Licença não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal Estadual ou Municipal.

II - Os equipamentos de controle ambientais existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência, sendo tal responsabilidade única e exclusiva dessa empresa.

III - As alterações nas atuais atividades deverão ser precedidas de Licenças, observando o artigo 75 do Decreto Estadual nº. 14.250, de 05/06/81.